



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE

Deliberação:

PLE Nº 26/2026

PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO

DATA DE PROTOCOLO: 17/09/2026

Nº ORIGEM: 27/2026

Cód. 03.00.02.06 · VC · P

Data: ____/____/____

Norma:

Assinatura

Ementa (assunto):

Altera a Lei nº 5.772, de 17 de maio de 2013, que institui o Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CAE.

Autoria:

Prefeito Municipal Celso Florêncio de Souza.

Distribuído em:

18/09/2026

Para as Comissões:

Prazo das Comissões:

Prazo fatal:

Turnos de votação:

Observações:

Anotações:

18/09/2026 - Projeto distribuído e encaminhado ao Jurídico (Prazo: 29/09/2026).

Ofício nº 370/2026 – GP

Jacareí, 17 de setembro de 2026.

Ao Excelentíssimo Senhor
Paulo Luís Santos
D.D. Presidente da Câmara Municipal de Jacareí/SP



Excelentíssimo Senhor Presidente,

Encaminho, anexo, o Projeto de Lei n.º 27/2026 para apreciação dos Senhores Vereadores.

Projeto de Lei n.º 27/2026 – Altera a Lei nº 5.772, de 17 de maio de 2013, que institui o Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE.

Sendo o que nos compete para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar votos de estima e consideração.

Respeitosamente,

CELSO
FLORENCIO DE
SOUZA:345206
75804

Assinado digitalmente por CELSO
FLORENCIO DE SOUZA:34520675804
ID: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado
Digital PF A3, OU=Presencial, OU=
22106571000148, OU=AC SyngularID
Múltipla, CN=CELSO FLORENCIO DE
SOUZA:34520675804
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.09.17 11:25:14-0300
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.1

CELSO FLORÊNCIO DE SOUZA
Prefeito Municipal de Jacareí

PROJETO DE LEI Nº 27, DE 17 DE SETEMBRO DE 2026.

Altera a Lei nº 5.772, de 17 de maio de 2013, que institui o Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a Lei nº 5.772, de 17 de maio de 2013, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Fica instituído o Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CAE, órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, vinculado à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º (...)

(...)

II - 02 (dois) representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, ambos vinculados à rede municipal de ensino de Jacareí, indicados pelo respectivo órgão de representação e escolhidos por meio de assembleia específica, registrada em ata;

III - 02 (dois) representantes de pais de alunos matriculados na rede municipal de ensino de Jacareí, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica, registrada em ata;

IV - 02 (dois) representantes das entidades civis organizadas com atuação no Município de Jacareí, escolhidos por meio de assembleia específica para esse fim, registrada em ata.

(...)

§ 3º A partir de 2027, o mandato dos Conselhos de Alimentação Escolar será unificado em todo o território nacional, compreendendo períodos quadrienais com início em 1º de novembro de 2027.

§ 4º Excepcionalmente, para fins de adequação à unificação nacional, os mandatos vigentes serão ajustados para encerramento em 31 de outubro de 2027.

§ 5º A Presidência e a Vice-Presidência do CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes previstos nos incisos II, III e IV deste artigo.

§ 6º O exercício do mandato de conselheiro é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

§ 7º Em caso de inexistência de entidades representativas nos segmentos previstos, a escolha dos representantes deverá ocorrer em reunião pública convocada para esse fim, devidamente registrada em ata.

§ 8º Ficam vedadas as indicações de:

I – Ordenador de despesas;

II – Responsável pela coordenação da alimentação escolar;

III – nutricionista responsável técnico;

IV – Secretário Municipal de Educação;

V - agentes públicos que exerçam funções incompatíveis ou que apresentem potencial conflito de interesses com as atribuições do Conselho.

(...)

Art. 4º O funcionamento do Conselho Municipal de Alimentação Escolar observará as disposições da legislação federal aplicável ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e suas alterações posteriores.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 17 de setembro de 2026.

CELSO FLORÊNCIO DE SOUZA
Prefeito do Município de Jacareí

MENSAGEM

Tenho a honra de submeter à apreciação desta Egrégia Casa Legislativa o presente Projeto de Lei, que altera a Lei nº 5.772, de 17 de maio de 2013, que institui o Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE.

A presente proposta tem por objetivo promover a atualização a Lei nº 5.772, de 17 de maio de 2013, de modo a compatibilizá-la com as novas diretrizes e regras federais do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), estabelecidas pela Resolução CD/FNDE nº 04, de 26 de fevereiro de 2026.

Entre as principais alterações propostas, destaca-se a explicitação do caráter deliberativo do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), que passa a somar-se às suas atribuições de fiscalização e assessoramento já previstas na Lei atual.

O texto também aprimora os critérios para escolha dos conselheiros, exigindo que os representantes dos trabalhadores da educação, dos discentes e dos pais de alunos sejam vinculados à rede municipal de ensino de Jacareí e eleitos em assembleia específica, com registrado em ata. Para as hipóteses em que não exista entidade representativa constituída, o Projeto prevê a realização de reunião pública destinada a essa escolha.

Ademais, a proposta adequa o Município à unificação nacional dos mandatos dos conselheiros, determinada pela Resolução CD/FNDE nº 04/2026. A duração do mandato permanece de quatro anos, mas, a partir de 1º de novembro de 2027, esse período passará a ser o mesmo em todos os municípios do país. Para viabilizar essa transição, o mandato atualmente em curso terá seu encerramento em 31 de outubro de 2027.

Além disso, o projeto estabelece regras objetivas e claras para evitar conflitos de interesse, proibindo a indicação de ordenadores de despesas, do coordenador da alimentação escolar, de nutricionistas responsáveis técnicos, do Secretário Municipal de Educação e de outros agentes com funções incompatíveis com a atuação do Conselho.

Esses ajustes são importantes para conferir maior clareza, transparência e segurança jurídica à atuação do CAE, fortalecendo a fiscalização dos recursos destinados alimentação escolar e assegurando a qualidade da alimentação oferecida aos alunos.

O presente Projeto encontra-se em consonância com a Agenda 2030, contribuindo para o alcance dos seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:



Ressalta-se que este Projeto de Lei possui sólido escopo legal, conforme dispõem o art. 60 e os incisos I e III do art. 61, da Lei Orgânica Municipal, e o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

Justificado nesses termos, a fim de que a proposta possa alcançar plenamente os seus objetivos, encaminhamos o Projeto de Lei para apreciação e aprovação dessa Casa Legislativa.

Gabinete do Prefeito, 17 de setembro de 2026.

CELSO
FLORENCIO DE
SOUZA:345206
75804

Assinado digitalmente por CELSO
FLORENCIO DE SOUZA:34520675804
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado
Digital PF A3, OU=Presencial, OU=
22106571000148, OU=AC SyngularID
Múltipla, CN=CELSO FLORENCIO DE
SOUZA:34520675804
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização
Data: 2026.09.17 11:39:39-03'00"
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.1

CELSO FLORÊNCIO DE SOUZA
Prefeito do Município de Jacareí